



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

RAFAEL HENRIQUE SANTOS DA CRUZ

**A conquista dos oceanos: a importância das navegações ibéricas nos séculos XV e XVI
para a História da Humanidade e da globalização**

Brasília, DF

2023

RAFAEL HENRIQUE SANTOS DA CRUZ

**A conquista dos oceanos: a importância das navegações ibéricas nos séculos XV e XVI
para a História da Humanidade e da globalização**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de História do Instituto de
Ciências Humanas da Universidade de Brasília
como requisito parcial para a obtenção do grau
de licenciatura em História.

Orientador: Professor Dr. Luiz Paulo Ferreira
Nogueról

Brasília, DF

2023

**A CONQUISTA DOS OCEANOS: A IMPORTÂNCIA DAS NAVEGAÇÕES
IBÉRICAS NOS SÉCULOS XV E XVI PARA A HISTÓRIA DA HUMANIDADE E DA
GLOBALIZAÇÃO**

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Doutor Luiz Paulo Ferreira Nogueiról
Orientador

Prof.º Doutor Tiago Luís Gil
Membro

Prof.º Doutor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
Membro

AGRADECIMENTOS

A caminhada até chegar na Universidade de Brasília não foi fácil. Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, por ter sido meu guia em todos esses meus anos de existência, e poder me dar a força espiritual que eu tenho hoje. Agradeço a minha família, que sempre esteve comigo. Aos meus pais, Ana Paula e Jesus, meus grandes conselheiros e responsáveis pela vida que tenho hoje. Mesmo nos momentos de indecisão que passei nesses cinco anos de graduação, eles foram responsáveis por me dar apoio em todas as decisões que eu fiz. Aos meus avós, maternos e paternos, Santana, José e Maria de Nazaré, por sempre terem cuidado de mim com o maior prazer do mundo. A minha irmã, Mariana, por sempre ser uma grande companhia e compartilhar dos mesmos gostos que eu. Ao meu primo, Gabriel, que conheço da mais tenra idade, pelos dias de diversão, especialmente jogando videogame e futebol.

Agradeço também aos meus amigos, tanto da época da escola, quanto da faculdade, por todos esses anos de socialização e aprendizado mútuo. Aos meus amigos de escola, do grupo “Verso do Inverso”, que conheço a mais de uma década, quero agradecer-los pela enorme companhia e carinho cultivado durante todos esses anos, com suas personalidades únicas, cativantes, animadas e carismáticas. Jamais esquecerei vocês. Gostaria de agradecer também as minhas amizades mais recentes, advindas da faculdade, pelos anos compartilhados nessa caminhada conjunta, com todos se ajudando e se divertindo, sempre com bom astral.

Por fim, agradeço também ao meu professor orientador Luiz Paulo Ferreira Nogueiról, pelas aulas de América 1 e América 2 que foram lecionadas, que me serviram de base para que eu pudesse escrever minha monografia. Agradeço também pelo enorme apoio dado durante a produção deste trabalho, sempre ajudando na procura de fontes e na sugestão de dicas.

“Entre a força e a técnica, vence a técnica. Se a força e a técnica forem iguais, vence o Espírito.”

(Miyamoto Musashi)

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo analisar o que é o fenômeno mundial chamado de globalização, mais precisamente sua primeira fase, iniciada no século XV, e como Portugal e Espanha foram os principais países que iniciaram essa fase, através do período das Grandes Navegações e da criação das rotas comerciais, em busca de especiarias e metais preciosos, que levaram ambos a chegarem à África, à América e à Ásia, e a criarem uma enorme quantidade de colônias ao redor do planeta. Para tanto, são analisados os antecedentes históricos que propiciaram o florescimento marítimo desses dois países, de suas vantagens e desvantagens internas e externas, como eles foram capazes de navegar e desbravar mares nunca vistos, e como foi o contato com povos não europeus e sua consequência para os séculos subsequentes na humanidade.

Palavras-chave: globalização; ibéricos; expedições; navegações; rotas comerciais; especiarias.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze what is the world phenomenon called globalization, more precisely its first phase, which started in the XV century, and how Portugal and Spain were the main countries that started this phase, through the period of the Great Navigations and the creation of trade routes, in search of spices and precious metals, which led both to reach Africa, America and Asia, and to create a huge amount of colonies around the planet. To this end, the historical antecedents that favored the maritime flourishing of these two countries are analyzed, their internal and external advantages and disadvantages, how they were able to sail brave seas never seen before by them, and how was the contact with non-European peoples and its consequence for subsequent centuries of mankind. Finally, it's also analyzed why other peoples known for their maritime fleets did not perform the same feats as the Iberians, and if that was really their objective.

Keywords: globalization; Iberians; expeditions; navigations; trade routes; spices.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1: Antecedentes das navegações marítimas	10
Capítulo 2: Por que os portugueses e os espanhóis foram os primeiros a se lançarem ao Oceano Atlântico?	16
Capítulo 3: As conquistas ibéricas e como elas mudaram o mundo	23
Capítulo 4: Por que outros povos viajaram para outros continentes e não formaram colônias ou criaram rotas comerciais?	32
Conclusão	38
Referências bibliográficas	43

Introdução

Ao nos depararmos com o mundo moderno e sua sociedade, podemos refletir sobre os mais variados assuntos. A multiculturalidade, os avanços tecnológicos, o desenvolvimento comercial e o aprofundamento das relações inter-humanas são algumas das mais variadas evidências de um processo que foi formado ao longo dos anos, e que resultou nos meios sociais nos quais estamos inseridos atualmente. Uma palavra que se encaixa perfeitamente nesse sentido é chamada de globalização.

A globalização, termo cunhado nos anos noventa (CAMPOS e CANAVEZES, 2007, p. 17), tem como significado um processo de expansão cultural, política e econômica em todo o globo terrestre. Ela não tem um único ator promovendo-a, mas ela acontece de forma orgânica no mundo todo (GRUZINSKI, 2015, p. 12). Existem desavenças entre estudiosos, mas a globalização geralmente costuma se dividir em quatro fases diferentes (OTTMAR, 2016, p. 7-9), onde ocorreram diferentes avanços que facilitaram o contato de povos diferentes.

A primeira fase refere-se ao período que vai das grandes navegações ibéricas, iniciadas no século XV, até a Primeira Revolução Industrial, iniciada na metade do século XVIII. A segunda fase inicia-se com o começo da Segunda Revolução Industrial, na metade do século XIX e vai, até o início da Terceira Revolução Industrial, do início do século XX. A expansão da microeletrônica e a efetivação das comunicações instantâneas, iniciadas até a década de 1970, marcam a Quarta Revolução Industrial, período em que ocorrem, a queda do Muro de Berlim, em 1989, os processos subsequentes da dissolução da União Soviética e o fim da Guerra Fria, momento em que nos inserimos.

Apesar da definição dessas quatro fases, muitos autores, como O'Rourke e Williamson (2002, p. 23-24) não dão o mesmo valor à primeira fase em relação à segunda, por exemplo, questionando o porquê de seus impactos econômicos não terem sido tão intensos e integradores como a da segunda, marcada justamente pela abertura comercial. O presente trabalho tem por objetivo explicar por que Portugal e Espanha foram, de fato, os autores da primeira fase da globalização, a do período das grandes navegações. Para mais, explicar também como a primeira fase vai além de fatores comerciais e econômicos, como na formação de efeitos culturais, sociais e religiosos, tão presentes durante esse período, a exemplo dos primeiros contatos com povos não europeus, e suas consequências, tanto positivas, quanto negativas, para os séculos subsequentes.

A monografia está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, é explorado os motivos pelos quais o mar Mediterrâneo é, desde a Antiguidade, um local de enorme movimentação comercial, com o comércio saindo até mesmo da região, a partir de rotas comerciais marítimas pelo Oceano Índico. Da mesma forma, nele procura-se expor também como se deu a decadência desse comércio, especialmente depois de invasões estrangeiras na Península Ibérica. Esse capítulo tem como argumento principal que as expedições militares e religiosas reabriram o comércio do mar, e ajudaram na formação de reinos cristãos na Península Ibérica, tomada por invasores muçulmanos. Além disso, vai buscar entender como os reinos ibéricos se destacavam na navegação marítima, e como ela serviu mais tarde para os interesses comerciais dos povos da região.

O segundo capítulo fala sobre como o avanço de ideias mercantilistas, como a busca pela estabilidade do país e a busca de metais preciosos e especiarias, aliados aos avanços náuticos, foram importantes para que os portugueses e os espanhóis se lançassem ao Oceano Atlântico para chegar na Ásia, antes que qualquer outro povo europeu, e fazer comércio diretamente com os locais, devido ao bloqueio comercial no leste do Mediterrâneo causado pelos otomanos. Primeiro, com as ações pioneiras dos portugueses, como na Conquista de Ceuta, e o subsequente Périplo Africano, e mais tarde com os espanhóis e as viagens que resultaram na chegada nas Américas e sua exploração.

O terceiro capítulo explora as navegações mais a fundo, já com o mundo dividido pelos ibéricos em dois, e como se deu a influência dos dois povos em diversas situações que envolvem batalhas e busca pelo poder. Dentro das ações colonialistas dos portugueses e dos espanhóis, nem todas foram bem-sucedidas, com diversos relatos que questionam se de fato os colonizadores eram heróis nesses períodos. Além disso, o capítulo busca mostrar como a influência ibérica, tanto de forma positiva quanto negativa, ajudou a construir uma parte do mundo que vivemos na atualidade.

Por fim, o quarto e último capítulo navega entre a realidade e ficção, e procura entender e esclarecer como povos que eram referência náutica em seu tempo, como os fenícios, os vikingues e os chineses (estes últimos em período um pouco anterior aos portugueses) chegaram ou não a outros continentes, e se porventura chegaram, porque não conseguiram, ou não quiseram, ter o mesmo ardor e sucesso que os ibéricos tiveram em criar colônias e na comercialização dos mais variados produtos.

Capítulo 1: Antecedentes das navegações marítimas

A história da navegação e do comércio, especialmente na Europa, é datada desde a Idade Antiga. As principais potências marítimas desse período, como gregos, fenícios, e mais tarde os romanos, foram capazes de expandir suas fronteiras para além-mar, levando também em consideração a expansão comercial desses povos. O termo talassocracia foi cunhado justamente nesse sentido, e, até hoje, podemos observar a herança dessas conquistas e fundações de vilas e cidades. A Magna Grécia, nome dado a todas as colônias das cidades estado gregas do sul da Península Itálica, e regiões da atual Turquia banhadas pelo mar Egeu, são grandes exemplos desses domínios.

Outras regiões mostraram domínios semelhantes. Os habitantes de Cartago, principal colônia e herança fenícia após o colapso de seus fundadores, foi derrotada em duras batalhas contra os romanos no que foi chamado de Guerras Púnicas, que ocorreram entre os séculos III e II a.C. Os romanos, que em razão de seu domínio sobre todo o mar Mediterrâneo o chamaram de Mare Nostrum (o nosso mar, em latim), e não serem denominados como uma talassocracia, expandiram de forma impressionante sua República e posteriormente seu Império através dele. Igualmente, expandiram o comércio, seja entre as suas províncias e com estados aliados, que foi facilitado pela criação novas colônias, junto com a destruição de Cartago, o que deu 400 anos de domínio romano nesse mar.

O comércio, mais do que nunca, ajudou na formação dessas regiões, e ajudou a desenvolver as províncias romanas banhadas pelo Mediterrâneo. Para além do mar Mediterrâneo, e de Roma, existiam grandes reinos fora de sua zona de influência. Os romanos sabiam das civilizações chinesa e indiana, não apenas por causa do Helenismo¹, mas também através de mercadores de outras localidades, não apenas por terra, mas por mar (KOLB e SPEIDEL, 2017, p. 3). Pode parecer surpreendente, mas não apenas o comércio entre orientais e ocidentais não só existia, através da rota imperial persa, inaugurada pelo Império Arquemênida, antes mesmo da Rota da Seda², mas também existia o que foi chamado de Périplo do mar Eritreu.

¹ O helenismo refere-se ao período histórico que se seguiu às conquistas de Alexandre, o Grande, e a difusão da cultura grega no mundo antigo, como no Egito, no Oriente Médio, na Pérsia e na Índia. Ele marcou um período de grande intercâmbio cultural e sincretismo entre os gregos e os povos que eles governavam. O termo deriva da palavra “helenos”, que significa “gregos” em grego antigo.

O Périplo do mar Eritreu, além de ser uma rota de navegação, é uma obra de um autor desconhecido, possivelmente grego-egípcio, que navegou para além do Mediterrâneo, no mar Eritreu (hoje chamado de mar Vermelho), e coletou informações, tanto colhidas por ele, quanto de outras pessoas, sobre os portos, rotas, costumes, produtos e povos da costa oriental da África, onde hoje se localizam a Tanzânia, da Península Arábica, do subcontinente indiano e da China da Dinastia Han, sendo provavelmente escrita entre 30 a.C. e 230 d.C. (MAGRO, 2019, p. 14). Sua importância vem justamente do fato de informar as conexões entre três continentes diferentes, não por terra, mas por mar. Mesmo com a queda do Império Romano do Ocidente na Antiguidade Tardia, o comércio ainda continuou, porém mais fraco, com os árabes da região.

O comércio da região não foi tomado pelos árabes por acaso. Na realidade, fez parte do processo de unificação das tribos árabes e da expansão do islamismo ao longo do Oriente Médio e do norte da África. Ela se iniciou no século VII d.C. e um século depois o norte da África já estava sob domínio muçulmano. Como a distância dessa região para o ponto mais ao sul da Península Ibérica é de apenas catorze quilômetros, já estava claro quais seriam os próximos passos que iriam ser tomados. Entre 711 e 713 d.C., os visigodos perderam o controle de quase toda Península Ibérica para o Califado Omíada, que a dominou durante muito tempo. Mesmo com o domínio árabe, que foi mudando de mão em mão pelos próprios muçulmanos, foi de uma pequena região ao norte da Península Ibérica, chamada de cordilheira dos Pirenéus, que se originou um processo conhecido como Reconquista.

A Reconquista, que começou no século VIII d.C., foi o processo de retomada das terras que foram perdidas pelos visigodos para os muçulmanos, iniciada em 718 d.C. atribuída a um homem chamado Pelágio, que após o sucesso da batalha de Covadonga contra os muçulmanos, fundou o Reino das Astúrias, o primeiro reino cristão na região depois da derrota dos visigodos. Ao longo desse período, e da gradual conquista de territórios inimigos, surgiram outros reinos. Além das Astúrias, existiam também pelo menos mais seis reinos cristãos lutando contra os muçulmanos: o Reino de Aragão, de Castela, de Leão, de Navarra e da Catalunha, todos eles vindo a formar, no futuro, a Espanha. Portugal teve uma formação paralela aos outros cinco. Também chamada de “Cruzada Ibérica”, a Reconquista recebeu o apoio de vários outros reinos, e dos Papas da época, como Urbano II, idealizador da Primeira Cruzada (1096-1099).

² A Rota da Seda foi uma rede de rotas comerciais e culturais que ligava o Oriente e o Ocidente durante a Antiguidade e a Idade Média. Ela desempenhou um papel fundamental no comércio e no intercâmbio cultural nos períodos em que ela existiu.

A Segunda Cruzada (1147-1149), além de ter sido realizada no Oriente Médio, também ocorreu na Península Ibérica. Sua importância foi fundamental na conquista de Lisboa, no ano de 1147, não apenas devido a conquista da cidade que um século depois viria a ser a capital do reino português, mas também porque fomentou ainda mais a ideia de Guerra Santa contra os infiéis. Desde o ano de 1139 estava formado o Reino de Portugal, enquanto os reinos que formariam a Espanha no século XVI estavam divididos e lutando uns contra os outros e contra os muçulmanos. Apesar dessa divisão, eles eram unidos em torno da unidade territorial que os visigodos outrora haviam tido da península, e da cristandade, que dava aos ibéricos da época, especialmente aos castelhanos, uma “legitimidade” para poder reconquistar o que outrora havia sido perdido (NOGUEIRA, 2001, p. 280).

Apesar do caráter belicoso na região, nem só de guerras viviam os ibéricos. No final do século XIII e início do século XIV, ressurgem a geometria euclidiana, aparece na Europa a álgebra hindu-muçulmana, retoma-se a astronomia, a óptica e a medicina dos antigos gregos (esta última aprofundada pelos muçulmanos), e da China Antiga vem a bússola (GODINHO, 2008, p. 43). Acontece não apenas o ressurgimento de conhecimentos antigos, como aparecem novos. Nesse período ocorre a Revolução Intelectual do século XIII, onde muitos desses conhecimentos serviram de base para melhorias náuticas, e conseqüentemente na busca de novas oportunidades de se fazer comércio, este relativamente estagnado no Mediterrâneo desde a queda do Império Romano do Ocidente, com estados mais fracos (WICKHAM, 2020, p. 317), mas que com o surgimento de novos estados na região retoma sua importância.

Essa importância, que outrora havia sido perdida, leva em conta também o período histórico da Europa. Com várias pessoas morando no campo na Alta Idade Média, a quantidade menor de epidemias (antes da Peste Negra no século XIV), o caráter concentrado das guerras e a melhoria das atividades agrícolas (JÚNIOR, 2006, p. 26-27) levou ao crescimento populacional europeu, e esse crescimento esteve intimamente ligado ao desenvolvimento do comércio europeu, especialmente ao norte do continente. Várias rotas, sejam marítimas, fluviais ou terrestres acabaram sendo criadas, e assim, o fluxo de comércio acabou aumentando também, bem como surgiram muitas cidades medievais.

No século XIII, o fator comercial é evidentemente observado, pois impulsionado também pelas cruzadas que traziam especiarias do leste do mediterrâneo

Pela primeira vez na história, ao que parece, uma carreira regular de navegação se abre, ligando os intensos focos meridionais de capitalismo nascente às cidades têxteis flamengas e aos mercados insulares da lã e dos metais industriais. Em sentido oposto, desde meados do século XIII que os navios italianos, que até então não ousavam ir além de Salé, avançam ao longo da costa marítima até Safim. (GODINHO, 2008, p. 44)

As repúblicas marítimas italianas começam a fazer comércio através do mar para o norte da Europa, e para o sul do Marrocos, sendo assim pioneiras nesses modelos de comércio antes mesmo dos ibéricos, apesar de não terem ido muito longe. No mesmo período, o comerciante Marco Polo fazia sua viagem para o Oriente, registrando-a no livro As viagens de Marco Polo.

Do lado dos portugueses e dos espanhóis também era notado sua importância na economia local. O outrora mar Vermelho dominado pelos árabes acaba caindo e sendo tomado pelo crescente Império Otomano, inicialmente concentrado na Anatólia (região da atual Turquia) e nos Balcãs. Ele cresce a ponto de que o comércio do oeste do Mediterrâneo e das rotas que levam ao Oriente acaba sendo “fechado” para os cristãos, restando então apenas um caminho para a realização do comércio perdido: a abertura (ou melhor, as reaberturas de rota) para o Oceano Atlântico. As movimentações das repúblicas marítimas italianas seguem esse sentido, e o que mais tarde veio a ser o comércio de Portugal e dos reinos espanhóis também.

Além disso, houve um conhecimento náutico e mercantil herdado também das conquistas dos muçulmanos pelos espanhóis, legado esse que os catalães acabam herdando depois de anexar Maiorca e Valência, e que suas frotas navais acabam sendo pedidas como reforço pelo rei Afonso VII para conquistar a cidade de Sevilha no ano de 1151, junto com as frotas italianas (ibid., p. 96). No norte da península, uma região menos afetada por guerras, a atividade naval floresceu mais rápido com os bascos, mas por motivos comerciais e não conflituosos. Os navios criados no que hoje é a região do País Basco atraíram a atenção de reinos como a França e a Inglaterra, que compraram alguns de seus navios. A frota naval basca também foi muito importante para a formação de marinheiros, sejam mestres e pilotos, que tinham conhecimento acerca dos ventos e correntes do local.

Com a anexação das regiões bascas em 1200 pelo reino de Leão e Castela (estes unificados em definitivo no final do século XI), esses conhecimentos navais acabaram sendo naturalmente espalhados ao longo da península, e com a pesca, os ibéricos conseguiam comprar, por exemplo, a lã dos grandes centros têxteis do norte da Europa. Outra vez o conhecimento naval foi usado em guerra, dessa vez na conquista da cidade de Sevilha. Segundo Godinho, a

conquista da cidade se deve as frotas galegas (relativo a Galícia, região localizada no noroeste da Espanha, onde sua marinha havia sido criada pelos genoveses para repelir ataques muçulmanos) e as frotas bascas (2008, p. 98).

Durante a Guerra dos Cem Anos, ocorrida principalmente entre França e Inglaterra entre os anos de 1337 e 1453, foi pedido reforço naval para os reinos ibéricos, com a França pedindo ajuda para Castela e Leão, enquanto a Inglaterra pedia ajuda para Portugal. Esses pedidos de aliança marítima não eram por acaso, e davam a entender a força e o predomínio da marinha castelhana e lusitana no período. Em relação a Portugal e a marinha portuguesa, seu florescimento também se deu mais cedo que a marinha castelhana, com forte presença na pesca, com a vantagem de não precisar lutar contra os islâmicos. Acordos comerciais beneficiaram Portugal, como acordos para pescadores portugueses poderem pescar na costa inglesa e a presença de colônias portuguesas em Bruges e em Londres (ibid., p. 102).

Esse crescente aumento comercial veio junto com uma mudança que ocorreu em várias partes da Europa: a transição do feudalismo (com seu auge entre os séculos XI e XIII) para o que seria as bases do capitalismo. O aumento do comércio provocou nos governos europeus medidas protecionistas e de acúmulo de riqueza para os nobres. Em Portugal, essa mudança ocorreu principalmente na Revolução de Avis, que foi um período de mudanças políticas em Portugal, ocorrida entre os anos de 1383-1385, que mudou a linha sucessória portuguesa. O rei Fernando I havia morrido sem ter deixado um sucessor homem. Sua filha Beatriz era casada com o rei João I de Castela, o que significaria que, se ela assumisse o trono, haveria uma união com a coroa castelhana. Os nobres de Portugal não concordaram e queriam o filho ilegítimo de Pedro I, João, mestre de Avis, no poder. Deste modo começou uma guerra que foi vencida pelos nobres e instaurou a casa de Avis no trono português.

Essa mudança mudou o destino de Portugal. Durante o feudalismo, o rei era o “suserano supremo”. Mas com o despontar do comércio, as terras deixam de ser a única fonte de riqueza e o rei adquire novas formas de receita, como pedir empréstimos aos mercadores (ibid., p. 112). Assim nasce a burguesia em Portugal. Algo semelhante aconteceu na Espanha. Com o declínio da nobreza feudal e o acúmulo de riquezas de comerciantes, a coroa castelhana buscou cada vez mais unificar suas terras, seja através da guerra contra os mouros ou através de unificações de reinos como em casamentos reais. Enquanto a coroa castelhana estava ocupada com a Reconquista, os lusitanos estavam com o território estabelecido. Como não havia outra saída territorial de expansão a não ser o mar, os lusitanos lançaram-se em uma jornada que duraria

séculos, mas para isso precisariam de uma ação inicial. Em 1409, havia sido idealizada a conquista da cidade marroquina de Ceuta. Como se deu essa invasão?

Capítulo 2: Por que os portugueses e os espanhóis foram os primeiros a se lançarem ao Oceano Atlântico?

Para Dom João I, não fazia sentido entrar em guerra novamente contra Castela, pois para ele não fazia sentido entrar em guerra de novo contra irmãos de fé, ainda mais sabendo que os muçulmanos se encontravam ainda na Europa e não tão distantes dela no norte da África (ibid., p.155). Por outro lado, a movimentação oposta não iria valer a pena também, pois aliar-se a Castela poderia gerar mais problemas sucessórios, e assim, mais uma guerra. É diante dessa problematização portuguesa em torno de novos interesses econômicos que uma parte da nobreza sugere para Dom João I a conquista de Ceuta. Mas porque a cidade marroquina de Ceuta?

Ceuta, que na época fazia parte do Império Merínida (um dos estados sucessores do Califado Almóada³), era uma cidade muito produtiva. Mesmo as diferenças religiosas não eram o suficiente para que tanto portugueses quanto os castelhanos não deixassem de fazer comércio no norte da África, ou então procurar produtos no local, como pescar no estreito de Gibraltar. Se as diferenças religiosas não eram o principal motivo de conquista do local, era justamente o que levava ao contato desses povos diferentes: o comércio. Ceuta poderia integrar um projeto bastante audacioso dos portugueses, o de abrir caminho para a expansão de outras cidades e de novas rotas comerciais no norte da África, onde poderiam ter acesso ao ouro vindo da África Subsaariana, já que a cidade era a porta de entrada das mercadorias dessa região, além de indiretamente ter acesso aos produtos da parte leste do Mediterrâneo e do Oriente, regiões essas bloqueadas pelos otomanos, seja por terra, como a partir da Rota da Seda, como por mar, pelo próprio mar Mediterrâneo ou pelo mar Vermelho.

Outros motivos que levaram a conquista de Ceuta ser lucrativa eram os alimentos que eram produzidos na região, desde a pecuária, com a criação bovina, até a agricultura, como a produção de cereais e a produção de cana de açúcar, bem como pela pesca. O domínio dessas áreas poderia suprir a falta de diversos produtos no período em Portugal. Além dos alimentos, existia também o fator protecionista em relação à expansão castelhana para além do Mediterrâneo, a única saída comercial para Portugal. A conquista, que foi idealizada em 1409, foi preparada a partir de 1413 e foi posta em prática no ano de 1415. Por mais que Dom João I

³ Foi um estado islâmico que existiu entre os séculos XII e XIII, no norte da África e na Península Ibérica. Foram os sucessores do Califado Almorávida.

fosse o líder da operação, seus filhos, os infantes Dom Duarte, Dom Fernando e Dom Henrique, participaram diretamente das batalhas pela cidade. É justamente após essa batalha que surge a figura central das expansões ultramarinas portuguesas: o Infante Dom Henrique.

Dom Henrique, quinto filho de João I, poderia ser considerado alguém que olha fixamente para o futuro. Além de ter sido um dos autores da conquista de Ceuta, ele também teria supostamente criado a Escola de Sagres, uma escola náutica (que não se tem a certeza de ter existido institucionalmente) no ano de 1460 na vila de Sagres, em Portugal. Nessa escola, ele teria se cercado de cartógrafos, navegantes e sábios de todo o Mediterrâneo para estudar e direcionar as navegações marítimas portuguesas. Para mais, ele também foi responsável por administrar a Ordem de Cristo, organização sucessora da Ordem dos Templários⁴, sediada em Portugal, a partir de 1420, onde os fundos da instituição foram utilizados para realizar as expedições.

As primeiras viagens e suas descobertas não tardaram a começar. Iniciadas sob sua ordem ou não, foram descobertos: entre os anos de 1419 e 1420, o arquipélago da Madeira e em 1427 o arquipélago de Açores. Estes dois arquipélagos, que viriam a ser povoados após suas descobertas seriam fundamentais para futuras expedições: em 1434 foi ultrapassado o Cabo Bojador, no sul do Marrocos, sendo considerado durante muito tempo um cabo de difícil acesso; e em 1456 foram descobertas as primeiras ilhas do arquipélago de Cabo Verde. Segundo Godinho (2008, p.191), entre os anos de 1415 e 1460, um terço das navegações foram empreendidas diretamente pelo Infante Dom Henrique, enquanto dois terços por navegadores particulares e pelo Estado.

Na década de 1440 iniciou-se também os que foi chamado de resgates na África Ocidental, onde houve o comércio de trigo, panos e outras mercadorias por ouro, pimentas e escravos (estes inicialmente usados nas plantações de cana de açúcar na parte continental de Portugal, como nos recém-descobertos arquipélagos) trazidos pelos estados da região (ibid., p. 329). Para manter esses comércios, foram criadas feitorias, isto é, assentamentos comerciais e militares criados ao longo das rotas marítimas. Na segunda metade do século XV, podem ser dadas de exemplos a feitoria de Arguim, na costa da atual Mauritânia, e a feitoria de São Jorge

⁴ Ordem militar e religiosa cristã que existiu durante a Idade Média, fundada no ano de 1119. Inicialmente responsável pela segurança dos cristãos que peregrinavam na Terra Santa durante as Cruzadas, ganharam grande influência e prestígio, e estes acabaram causando seu fim, por várias autoridades na Europa, com objetivo de acabar com a instituição.

da Mina, criada em 1482 onde hoje é Gana, e na região que recebeu o nome da Costa do Ouro, justamente por dar acesso ao “ouro do Sudão”.

Neste ponto, estava claro que o objetivo português viria mais tarde a ser o Périplo Africano, ou seja, dar a volta em todo o continente africano, e em vez de conseguir produtos do Oriente de forma indireta, por meio de outros mercadores de outras nações, tentar negociar diretamente com os vendedores da Ásia. Não foi uma ideia criada em um determinado ponto do período das grandes navegações, mas sim pensada ao longo dos anos que sucederam à conquista de Ceuta. Com as rotas marítimas do mar Vermelho bloqueadas, não podendo assim os lusitanos realizarem o que outrora foi conhecido como Périplo Eritreu, restava esse caminho aos portugueses descobrirem. Um caminho bastante perigoso e desconhecido, que nenhuma outra nação europeia havia feito, e no que até então os portugueses estavam sendo bem-sucedidos, que ainda poderia quebrar o monopólio otomano do comércio oriental, ou pelo menos enfraquecê-lo.

E não é por acaso que foram justamente os portugueses os primeiros a realizarem tal feito. Sua proximidade com o continente africano, as experiências náuticas portuguesas, sejam adquiridas por outros povos do mediterrâneo, seja por cálculos matemáticos e criações advindas de culturas não europeias, e sua estabilidade política, foram propícias para que as navegações pudessem acontecer. Mas esses fatores por si só não eram o suficiente. Independentemente da existência ou não da Escola de Sagres, era nítido o desenvolvimento tecnológico pelo qual Portugal estava passando durante o século XV. O que poderia ser considerado como uma “Revolução Náutica”, os portugueses inventam a caravela, uma embarcação rápida e fácil de se manobrar, que carregava aproximadamente 20 pessoas. Foi através do aperfeiçoamento de uma caravela comum, que se originou a caravela latina, entre 1439 e 1440 (ibid., p. 225), com velas triangulares, onde a partir dela foi possível bolinar, que é navegar em ziguezague contra o vento (SILVA, Vanildo, 2014). Além da caravela, foi criada uma embarcação chamada nau. Maior que a caravela, não tinha as mesmas facilidades de navegação dela, e era usada para o transporte de cargas.

Em 1482, o navegador Diogo Cão chega ao rio Congo na atual República Democrática do Congo, e dois anos depois chega na Namíbia, onde hoje é a cidade de Walvis Bay. Quatro anos mais tarde, em 1488, Bartolomeu Dias consegue contornar o Cabo das Tormentas (posteriormente batizado de cabo da Boa Esperança por João II, bisneto de João I, e rei de Portugal duas vezes, uma em 1477 e outra entre 1481 até 1495), que não chega a ser o ponto

mais ao sul da África, mas é próximo deste. Essas viagens serviram de base para expedições futuras que viessem a passar do Oceano Atlântico para o Oceano Índico em direção às Índias. Nessas expedições, além da exploração na costa africana, eram feitas observações astronômicas, cálculos de latitudes e do comprimento do grau do meridiano, e se levavam a cabo reconhecimentos náuticos e geográficos (GODINHO, 2008, p. 225).

Essas expedições acabaram tendo como consequência a viagem de Vasco da Gama rumo às Índias. Diferente de Cão e Dias que navegaram com caravelas, Gama viajou junto com uma frota de naus, que apesar de serem mais pesadas não foi um problema, graças ao conhecimento prévio de quase 70 anos sobre como navegar nas turbulentas rotas do Oceano Atlântico. O Oceano Índico, por sua vez, apesar de nunca acessado pelos portugueses, era uma região mais tranquila de navegar, onde os ventos desse oceano, segundo as diferentes estações do ano, funcionam como ótimos impulsionadores para as embarcações que passam por ele.

Os espanhóis não eram meros espectadores das ações dos portugueses. Na realidade, desde a redescoberta das Ilhas Canárias (este arquipélago já era conhecido desde a Antiguidade), portugueses e castelhanos estavam em disputa pelo controle do local. Devido às suas disputas políticas e à resistência dos Guanches, população que habitava o arquipélago, esta localidade e sua população passaram praticamente todo o século XV resistindo ao domínio ibérico. Mas antes dessa disputa, a coroa de Castela passou por instabilidades políticas. Além da Reconquista, houve a Guerra de Sucessão de Castela (1475-1479), uma guerra ocasionada pela morte do rei Henrique IV, que não deixou herdeiros.

A irmã de Henrique IV, Isabel, apoiada por nobres castelhanos, venceu a guerra contra a rainha Joana I, esposa do rei Afonso V de Portugal, que alegava ser herdeira legítima. Essa guerra marcou a união definitiva entre a coroa de Castela, da agora rainha Isabel I, com a coroa de Aragão, de seu esposo Fernando. Ao fim da guerra, foi feito o Tratado de Alcáçovas-Toledo, entre Castela e Portugal, que estabeleceu a divisão de territórios e de influência dos dois reinos. Durante a guerra, as duas coroas haviam se enfrentado no Oceano Atlântico, em luta pela conquista das Ilhas Canárias, e pelo comércio da Guiné, onde os portugueses saíram vitoriosos. Porém, no tratado: os lusitanos reconheciam as Canárias como posse castelhana; Isabel como rainha de Castela; o direito dos castelhanos de explorarem rotas comerciais alternativas; e dividia os territórios que estavam no atlântico entre os dois reinos.

Com o fim da guerra, e a união das coroas de Castela e Aragão, o reino que mais tarde viria a se consolidar como reino da Espanha, o estado espanhol pôde focar de novo na Reconquista e no comércio do Oceano Atlântico. As motivações da Espanha não viriam a ser diferentes das de Portugal: metais preciosos e especiarias eram os itens mais procurados. Essas motivações acabaram entrelaçando o destino das duas potências mais uma vez, dessa vez de uma forma nunca vista. Dentre as diversas figuras icônicas que entrelaçaram a história dos ibéricos, estava justamente alguém que não havia nascido no local: o comerciante genovês Cristóvão Colombo.

Colombo era um tecelão que, com as trocas comerciais entre Gênova em Portugal, decide se mudar para Lisboa, e posteriormente para a Ilha da Madeira, onde compra açúcar. Em solo lusitano, ele acaba tendo contato com as navegações portuguesas, e até faz parte de algumas, como uma que ele fez para a Costa da Mina. Com o passar do tempo, ele passa a se inteirar melhor dos métodos de navegação, e, em busca de ouro, decide fazer uma proposta aos portugueses sobre uma viagem a caminho do Oriente, mas em vez de realizar o Périplo Africano, ele queria viajar de forma direta ao Oriente. Devido aos planos portugueses de chegarem às Índias navegando pela costa africana estarem avançados, e pela incerteza da viagem, acabam rejeitando as propostas de Colombo. Ironicamente, quando Dom João II escreve concitando-o a voltar para Portugal, talvez temendo que Colombo fosse procurar os espanhóis para financiar sua jornada, ele já havia feito uma proposta a Isabel e Fernando, que acabam aceitando-a (GODINHO, 2008, p. 230).

O ano de 1492 foi um ano especial para a Espanha. No dia 2 de janeiro, terminava a Reconquista, evento que estava acontecendo desde o século VIII. O reino de Granada foi o último obstáculo para a total perpetuação de poder dos reis Isabel e Fernando, também conhecidos como reis católicos. Em 3 de agosto do mesmo ano, inicia-se a viagem de Cristóvão Colombo a serviço da coroa espanhola. Mesmo com os conhecimentos adquiridos de Portugal, tendo inclusive partido com uma frota de uma nau e duas caravelas, ou seja, embarcações portuguesas, sua principal inspiração para a viagem que tentava achar um caminho mais rápido para o outro lado do mundo não era lusitana.

Colombo havia lido As viagens de Marco Polo, o que podia fazê-lo imaginar que tipo de especiarias e metais preciosos poderia encontrar na região, bem como leu a obra Ymago Mundi, do cardeal francês Pierre D'Ailly, que citava uma opinião de Aristóteles onde entre a Península Ibérica e a Ásia havia um pequeno mar e, portanto, as Índias poderiam estar mais

próximas que se imaginava na época, caso se viajasse pelo Oeste (ibid., p. 227). Mesmo sem ter evidências o suficiente para justificar essa posição, o genovês foi corajoso o suficiente para lançar-se ao mar, pois no fundo, ele tinha certeza que iria chegar ao seu objetivo. Saindo da cidade de Sevilha, e abastecendo sua frota nas Ilhas Canárias (que só viria a ser plenamente dominada pelos espanhóis em 1496), ele passa pelo mar de Sargaços, um mar no Atlântico Norte, ou seja, no oeste da Europa, e aproveita-se das correntes marítimas, que o lançam para solo firme em 12 de outubro de 1492.

Para muitos historiadores, a queda de Constantinopla no ano de 1453 é a passagem da Idade Média para a Idade Moderna, para outros, é a chegada dos espanhóis às Américas. Os dois momentos mudaram as dinâmicas humanas para sempre, mas como Tzvetan Todorov (1988, p. 4-6) diz: “(...) a descoberta da América, ou melhor, a dos americanos, é sem dúvida o encontro mais surpreendente de nossa história”, e “somos todos descendentes diretos de Colombo, é nele que começa nossa genealogia”. Tais afirmações geram reflexões sobre a atualidade, especialmente em relação aos milhares de habitantes das Américas. Os europeus, no geral, sabiam da existência de africanos e de asiáticos, das mais variadas etnias, pelo menos desde a Antiguidade. Porém, ninguém na Europa poderia imaginar a existência dos americanos antes da Idade Média, e os indígenas o mesmo em relação aos europeus.

Em um encontro inesperado, é natural a chance de dois grupos diferentes não conseguirem se comunicar da melhor forma, afinal de contas, eles não se conhecem, não têm os mesmos costumes e não falam a mesma língua. Colombo, um poliglota acostumado a viver longe de sua terra natal, não foi muito bem-sucedido em seus contatos. Para começar, ele não estava no Oriente, e agia como se os locais fossem asiáticos, pela certeza de ter chegado ao seu destino. A viagem durou poucos meses, porque ele havia chegado a um continente novo que fica justamente entre a Ásia e a Europa. Inicialmente, o processo de comunicação entre europeus e americanos durante as primeiras viagens foi não verbal. Troca comerciais eram comuns também.

Um outro motivo que foi entrave para as buscas de ouro de Colombo foi seu orgulho. Seu orgulho entra em jogo durante o contato com os ameríndios. Em diversas situações, já quando estabelecida uma linha básica de comunicação verbal, como por exemplo com intérpretes indígenas, o explorador em diversos momentos não vai aceitar o que os indígenas têm a dizer como verdade, tendo como argumento decisivo o da autoridade e não o da experiência (ibid., p. 18). Ao chegar aonde hoje é Cuba, Colombo é informado pelos locais de

que Cuba é uma ilha, e não um continente. Como não achava essa informação relevante, e não era o que imaginava, ele não só nega a informação, como faz todos os seus companheiros jurarem que o local é um continente e não uma ilha, sob pena uma multa para quem discordasse dele.

O argumento de autoridade se reflete também na ideia de superioridade europeia. Nas culturas caribenhas, não havia grandes construções como na Europa e na Ásia, e os locais andavam com poucas roupas ou nus. Sem ritos religiosos semelhantes ao cristianismo, Colombo não teve dúvida ao defini-los como inferiores. Não apenas isso, mas ele demorou a entender que os índios falavam outros idiomas. Por não reconhecer as diferenças culturais, não imaginou que falavam algum tipo de idioma (ibid., p.30). A diferença linguística e sua mistura de teimosia e indiferença em relação aos indígenas acabou custando caro em seus objetivos. A partir de sua terceira viagem (de um total de quatro viagens), encontrou apenas pequenas quantidades de ouro. Mesmo com o pouco comércio feito no local e a pequena quantidade de ouro encontrada, a coroa espanhola prosseguiu explorando a região, afinal de contas o domínio da região poderia ser extremamente enriquecedor para a coroa.

Capítulo 3: As conquistas ibéricas e como elas mudaram o mundo

A descoberta das Américas naturalmente causou um alvoroço em Portugal, que de prontidão ameaçou a Espanha, para que ela não invadisse suas áreas estabelecidas no Tratado de Alcáçovas-Toledo. Os espanhóis pediram para o Papa Alexandre VI, que criou a Bula Inter Coetera, em 1493, sendo este documento o definidor de que todas as terras 100 léguas a oeste do Arquipélago de Açores seriam da Espanha, e as localizadas ao leste eram de Portugal. Um ano depois, no entanto, o acordo foi revisto e foi definido agora uma linha imaginária onde as terras a 370 léguas a oeste do Arquipélago de Cabo Verde, onde novamente as terras ao oeste da linha eram da Espanha, e as a leste eram de Portugal. O tratado, agora chamado de Tratado de Tordesilhas, deu mais estabilidade para que as duas potências não entrassem em conflito direto e pudessem explorar suas terras com menos interferência uma contra a outra.

Os anos subsequentes às expedições foram de criação de assentamentos permanentes dos espanhóis no Caribe, como em Santo Domingo, em Porto Rico, na Jamaica e em Cuba, nos primeiros anos do século XVI. Esses assentamentos foram fundamentais nas expedições que vieram nos anos seguintes, a exemplo das expedições de Hernán Cortés na Mesoamérica, região histórica da América Central que vai do México até Honduras. Em 1519, Cortés e sua frota de centenas de homens desembarcam onde hoje é a cidade de Veracruz, no litoral sudeste do atual México. A princípio, sua chegada teria o simples objetivo de trocar informações, objetos, e coletar o que visse, sob as ordens do rei Carlos V, sucessor dos reis Isabel e Fernando. Cortés teria até rido quando sugerido para mandar pessoas armadas para o interior do México em busca de riquezas, e teria dito que não tinha viajado por coisas insignificantes, mas sim para servir a Deus e ao rei (TODOROV, 1988, p. 96 apud DÍAZ, 1955 p. 30).

Ao conhecer coletores de impostos que vinham de uma cidade do interior, e descobrir que essa cidade era o centro de um império, rica e que possuía ouro, o explorador mudou radicalmente de ideia. Deste modo, ele funda uma vila no local, chamada Vila Rica de la Cruz, e passa a montar um plano para povoar a vila e chegar à cidade, (GRUZINSKI, 2015, p. 66) que viria ser a conhecida como México-Tenochtitlán, capital do Império Asteca. Com a cobiça por riquezas, o explorador e sua tropa começam a agir por conta própria. Uma de suas primeiras ações é achar um intérprete, e descobre entre os indígenas locais um homem espanhol, chamado Jerónimo de Aguilar, provavelmente vítima de um naufrágio, que quase não é reconhecido por Cortés devido à sua pele bronzeada e às suas vestimentas indígenas.

Para a infelicidade do explorador, Aguilar, agora intérprete oficial de Cortés, sabia falar apenas maia, que não era a língua dos astecas, o náuatle, mas que era a língua de uma outra civilização mais ao sul na Mesoamérica. A solução para esse problema veio como presente. Índios da região dão aos espanhóis uma mulher chamada Malinche, que havia sido escrava, e sabia falar a língua maia e o náuatle, sua língua materna. Inicialmente, Cortés falava com Aguilar, que traduzia para a Malinche em maia, e a indígena se comunicava com os mexicas (o povo do Império Asteca) em náuatle, mas ela era muito perspicaz aprendendo outros idiomas e dominou o espanhol em pouco tempo. Talvez por ter sido escrava dos indígenas, ela tivesse assim adotado um sentimento de repulsa e tivesse escolhido o lado dos conquistadores, adotando também seus costumes (TODOROV, 1988, p. 97).

Com o tempo, Cortés descobre que os indígenas com quem ele fala, os totonacas, são indígenas que foram conquistados e subjugados pelos astecas, e que pagavam tributos a eles, assim como várias outras tribos. Cortés entende o significado da situação e faz um acordo com eles, para derrotar os astecas, e seu imperador Montezuma. Durante o caminho, encontra os tlaxcaltecas, que após uma batalha contra os europeus, decidem se aliar aos espanhóis, também em busca de derrotarem os astecas, apesar de não terem sido subjugados. Os seus aliados indígenas levam-no à capital asteca, e são recebidos pelo imperador. Montezuma já sabia desde o começo da chegada dos espanhóis sua presença, mas simplesmente não sabia o que fazer a respeito. Os astecas, especialistas em coletar informações e se comunicar com outros indígenas, inclusive representados na figura do imperador, um orador nato, não sabiam o que fazer. Já Cortés, tinha plena consciência de suas ações. Afirma hipocritamente que não buscava a guerra, e sim a paz e o amor (ibid., p. 87).

Depois de pensar muito, Montezuma deixa os estrangeiros visitarem a capital. O primeiro encontro foi pacífico, com presentes e com a realização de jogos astecas entre os dois povos. Enquanto Montezuma se questionava se Cortés era um deus asteca devido às suas características físicas incomuns, o espanhol ficava encantado com a grandiosidade da cidade, que ficava em uma ilha dentro de um lago, ligada por diversas pontes, e analisava como os espanhóis poderiam combater os astecas com seus aliados. O explorador então não perdeu tempo e decidiu aprisionar o Tlatoani (rei asteca) em sua moradia, onde Montezuma estranhamente aceita sem resistir e segue as ordens dos espanhóis. Passam-se meses, e a situação continua igual, mas Cortés descobre que precisa voltar para Vila Rica de la Cruz para

guerrear contra as tropas enviadas pelo governador de Cuba Diego Velásquez, que têm como missão prendê-lo por agir de forma imprudente.

Cortés consegue derrotá-lo, mas é informado que houve batalhas entre os astecas e os espanhóis, onde Montezuma acabou falecendo. Essa batalha, ocorrida em 1520, acabou sendo conhecida como “Noite Triste”, pela morte de centenas de espanhóis, e os que sobreviveram, bateram em retirada. Um ano depois, Cortés reorganiza seus exércitos e, junto com seus aliados, cercam a cidade e a atacam. Ela cai no dia 13 de agosto de 1521. Essa vitória foi extremamente significativa para os espanhóis, pois além de subjugar os astecas, ajudou a derrotar as outras tribos indígenas não aliadas, e abriu caminho para o acesso às riquezas minerais locais, como o ouro e a prata, além das rotas comerciais já existentes da região. Os tlaxcaltecas, por exemplo, ficaram isentos de pagar impostos e assumiram funções importantes dentro do novo domínio espanhol, alguns anos depois chamado de Vice-Reino da Nova Espanha.

Além do Império asteca, uma grande civilização em pé de igualdade aos mexicas caiu, o Império Inca. O Império Inca, o maior em território de todas as Américas, era denominado pelos próprios habitantes de Tawantisuyu (o Império das quatro direções, em quéchuá, sua língua nativa), e sua capital ficava na cidade de Cusco, no Peru. Na década de 1520, o império era comandado por um homem chamado Huayna Capac. De uma forma rápida e misteriosa, ele é vítima de uma doença, e quando os espanhóis fazem os primeiros contatos com os incas, os filhos de Capac, Huáscar e Atahualpa, estavam se enfrentando em uma guerra civil para tomar o poder vago em decorrência da morte do progenitor deles.

Os espanhóis, sob a liderança do explorador Francisco Pizarro, se aproveitam da instabilidade no local e em 1532 capturam Atahualpa, que estava controlando a porção norte do império, e apesar de seu resgate ter sido pago pelos incas, com ouro e prata, ele foi morto do mesmo jeito. Huáscar também tinha sido feito de cativo, e foi morto em 1533 a mando de Pizarro. Mais tarde, em 1535, agora com o relativo controle espanhol sobre os incas, Pizarro funda a cidade de Lima, e o governo espanhol, posteriormente, estabelece o Vice-Reino do Peru, assim como estabeleceu o Vice-Reino da Nova Espanha no México.

Com o controle do Peru, os espanhóis puderam ter acesso a mais minas de ouro e prata da região, com a maior sendo a de Potosí na atual Bolívia, se juntando com a de Zacatecas e Guanajuato no México. Além disso, com a queda dos astecas e de outros reinos, obtiveram acesso também ao Oceano Pacífico pela costa mexicana, onde os preparativos para a missão

inicial de Colombo, chegar a Ásia, foram retomados. Para tanto, expedições anteriores para o Oceano Pacífico foram realizadas, sendo a mais importante feita a pelo português Fernão de Magalhães, que trabalhava para a Coroa Espanhola, entre 1519 e 1522. Ele realizou a circum-navegação da Terra, passando pelo estreito de Magalhães, no sul da América do Sul. Curiosamente, Magalhães acabou morrendo durante a viagem, em 1521, e os outros tripulantes terminaram a viagem.

Em meados da década de 1520, os espanhóis conseguem realizar a viagem intercontinental do México, a partir de sua costa do Pacífico (GRUZINSKI, 2008, p. 167-168). O objetivo dessa viagem são as cobiçadas ilhas Banda e o arquipélago das Molucas, também conhecidas como “ilhas das especiarias”, na atual Indonésia, o local contava com grande comércio. Por ser uma região bastante cobiçada, os portugueses também estavam de olho nela, e é nela que estão as perspectivas de riqueza inesgotável dos ibéricos (ibid., p.35). Antes de chegar nela, desde a viagem de Vasco da Gama às Índias em 1498, os portugueses exploraram e conquistaram, como alguns dos maiores exemplos, a costa do atual Brasil, nas Américas, cidades da costa oriental africana como Mombaça e Melinde (a cidade de Moçambique havia sido conquistada em 1497), Goa, na Índia em 1510, e Malaca, importante centro comercial no Sudeste Asiático, em 1511, que serviu de base para a chegada nas ilhas das especiarias, no ano de 1512.

Com a chegada nas ilhas das especiarias, os portugueses contemplaram a possibilidade de conquistar o principal reino asiático: a China. Na realidade, a China não era nenhuma novidade para os portugueses. Além dos escritos de Marco Polo, objetos asiáticos chegavam regularmente a Portugal desde o final do século XV, incluindo brocados (tecidos com fios de seda, ouro ou prata) e porcelanas vindas da China. Além disso, os lusitanos já haviam se deparado com juncos, barcos chineses, em viagens no Sudeste Asiático, bem como com uma comunidade chinesa de mercadores em Malaca, à qual eles os referiam como “chins” (ibid., p. 40).

Os portugueses chegam na China em 1517, liderados pelo feitor Tomé Pires, um grande conhecedor da Ásia, que em 1515 escreve o livro Suma Oriental, que era um registro de suas viagens pelo continente, e de informações que o mesmo teve acesso. No próprio livro havia informações a respeito da China, antes mesmo de conhecê-la pessoalmente. Os objetivos portugueses na China são de domínio do local, planejados desde a corte lisboeta. Para tanto, tinham como objetivo construir um forte no litoral chinês, construir navios no local, e preparar

uma comitiva para visitar o imperador chinês Zhengde, uma ação de espionagem travestida de passeio diplomático. Quando os lusos chegam na cidade de Tamão, na costa chiense, causam bastante confusão. Seus hábitos de traficantes de escravos levam a boatos na cidade sobre os portugueses quererem capturar crianças para comê-las (ibid., p. 65), o que gera desconfiança entre os chineses.

Entre 1517 e 1520, os portugueses atravessam o Império Chinês, comandado então pela Dinastia Ming (no poder desde 1368), e chegam a sua capital Pequim, tendo um rápido encontro com o imperador Zhengde, que acontece na cidade de Nanquim. Um ano depois, era esperado que ocorresse outro encontro com o imperador, interessado na cultura dos estrangeiros, mas ele acaba morrendo no mesmo ano. Com sua morte, os outros membros da corte chinesa que tinham desconfiança dos europeus mudam sua política em relação aos portugueses e os mandam de volta para o litoral, onde lançam contra eles uma batalha a fim de expulsá-los do império. Os portugueses conseguem escapar, e um ano depois voltam ao local, onde ocorre uma nova batalha, que foi desastrosa, com vários tripulantes capturados e mortos, inclusive segundo fontes chinesas, com o líder da expedição, Tomé Pires, também tendo falecido no conflito (ibid., p. 90). Além disso, houve também a apreensão de navios portugueses pelos chineses. Em 1524, o rei de Portugal João III, que havia assumido o poder em 1521 após a morte de seu pai Manuel I desiste de conquistar a China, e foca o comércio português novamente nas ilhas das especiarias.

Percebe-se, até aqui, a diferença situacional dos portugueses e dos espanhóis em suas conquistas e suas tentativas de conquista. Colombo não foi bem-sucedido em chegar à Ásia, apesar de ter descoberto as Américas, mas anos depois Cortés não apenas conseguiu derrotar um dos maiores impérios das Américas, como também abriu caminho para a entrada dos espanhóis no Oceano Pacífico a partir da costa mexicana. Os conhecimentos tecnológicos e náuticos portugueses os levaram a criar uma extensa rota marítima até o Oceano Índico, apoiada por feitorias, fortes, cidades e regiões tomadas na Ásia. Com os avanços que as duas nações fizeram, mesmo com acertos e erros, eles tinham experiência para ficar na região durante um bom tempo. Os portugueses, mesmo com as desavenças com os chineses, foram autorizados, em 1557, a criar um entreposto comercial no “Império Celestial”, chamado de Macau. Já os espanhóis, viam uma oportunidade de explorar a região, e quem sabe, de tentar dominar a China.

A região onde hoje se localiza o arquipélago das Filipinas já era conhecida desde a expedição de Fernão de Magalhães, que havia morrido nela, tendo antes convertido o líder de uma das ilhas ao cristianismo. Expedições subsequentes foram feitas e o domínio espanhol foi tomando forma. Em 1564 foram criados os primeiros assentamentos, e em 1565 foi fundada a colônia das Filipinas, cujo nome era em homenagem ao príncipe Filipe II das Astúrias, que um ano depois se tornou rei espanhol. Em alguns locais das Filipinas, assim como em Malaca, havia muitos mercadores chineses, que comercializam seus produtos com os nativos, bem como com os espanhóis, formando assim uma das primeiras sociedades multirraciais modernas da Ásia. Naturalmente, o comércio dos chineses gerou um desejo espanhol de conquistar a China, mas diferente dos portugueses, o plano sequer saiu do papel. A ideia não foi aceita pela corte espanhola, que não entendeu o porquê de uma invasão em um império com milhões de pessoas e com homens muito bem armados, deste modo o rei Filipe II se opôs a ação em 1577, desejando apenas boas relações com os chineses (ibid., p. 186), e vetou de uma vez as invasões em 1586 (GONZÁLEZ, 2009, p.7).

A impressionante história das grandes navegações ibéricas teve o início de seu fim com a criação da União Ibérica.

A União Ibérica foi a união das coroas portuguesa e espanhola no ano de 1580, como consequência da morte do rei Sebastião I, morto em uma batalha no Marrocos em 1578, sem deixar herdeiros. O sucessor de Sebastião em Portugal foi seu tio Henrique, um cardeal na faixa dos 70 anos. Henrique acabou morrendo em 1580, e como não tinha herdeiros por seu compromisso com o celibato, o trono ficou novamente vazio. Havia vários pretendentes ao trono português, e um deles era o rei Felipe II da Espanha, que após batalhas contra a resistência dos portugueses conseguiu unir os dois impérios.

Antes da união, havia uma competição direta pelas rotas comerciais e pela exploração marítima, que deixou de existir pois as duas potências não estavam mais em combate, mas a colonização da América espanhola e da América portuguesa, por exemplo, continuavam de forma independente. A união também causou uma mudança de destino dos recursos, pois a Espanha estava muito ocupada com o domínio de suas colônias, bem como com as guerras na Europa de que participava, assim mudando o foco de seus gastos para outras áreas que não fossem em atividades marítimas, que haviam trazido um enorme prestígio aos portugueses, levando assim a um enfraquecimento da marinha lusitana, que sofria também com uma enorme burocratização na tomada de poder, centralizada pelos espanhóis.

O espaço que os ibéricos acabaram deixando de lado, seja para bem ou para mal, acabou sendo preenchido por outras potências europeias, como os ingleses, os franceses e os holandeses, que fundaram colônias na América do Norte, e começaram a explorar o mercado asiático de especiarias no início do século XVII. Os interesses estrangeiros, a indignação dos portugueses, que estavam cansados de bancar os espanhóis, e de quebra aguentar os inimigos dos espanhóis, que viraram seus inimigos também, eclodiu na chamada Guerra de Restauração, que levou o combate entre Portugal e Espanha, iniciado em 1640, e finalizada em 1668, com um tratado de paz reconhecendo a emancipação portuguesa da união. Estava marcado o fim de um período que causou drásticas mudanças na História da Humanidade.

De todo esse período impressionante, vários relatos de viajantes foram escritos e sobreviveram até a contemporaneidade. São de fato sabidas e documentadas as aventuras e conquistas portuguesas ao redor do globo (mais que as espanholas), pelos mais variados autores, porém nenhuma é tão rica de detalhes, especialmente a respeito do que era a sociedade oriental do século XVI, quanto a obra Peregrinação de Fernão Mendes Pinto. Seu diferencial está primeiramente no tom da escrita: Fernão viveu uma série de aventuras e desventuras ao longo de 21 anos de sua vida, período em que foi cativado e vendido várias vezes (PINTO, 2014, p. 3). Não apenas isso, mas passou por vários reinos diferentes na Ásia, e sua obra foi capaz de diferenciar não apenas os povos dessas diferentes localidades, como também suas características culturais e sociais. Assim como as obras de Marco Polo e Pierre D'Ailly, seu livro foi capaz de instigar como nunca a imaginação dos europeus, e foi um dos mais influentes em sua época, junto com a obra de seu contemporâneo Miguel de Cervantes, Dom Quixote.

Mesmo tendo sido escrito alguns anos após o fim de sua jornada, num total de nove anos, e publicado postumamente 31 anos depois, o livro não é isento de críticas. Primeiramente, porque a memória vai se perdendo durante o tempo, o que significa que ele pode ter muito bem inventado histórias e posto no lugar que suas memórias não eram capazes de lembrar, e além disso, por ser o primeiro europeu a detalhar tão bem estados asiáticos e o Oceano Índico, as críticas são ainda mais fortes, pois poucos haviam passado por essas localidades. Depois da publicação da obra, era comum em Portugal o trocadilho: "Fernão, Mentas? Minto!" (SILVA, João, 2019) pela descrença em suas viagens.

Buscando estudar a veracidade dos relatos de Mendes Pinto, o escritor e viajante português Joaquim Magalhães de Castro resolveu, quase quinhentos anos depois, refazer a viagem do "Marco Polo português", registrando fotografias dos locais que o aventureiro passou

e escrevendo o livro Na Senda de Fernão Mendes Pinto, publicado em 2013. Segundo ele, foi surpreendido com a "acuidade das descrições que Fernão Mendes Pinto faz das cidades chinesas de então, realidade com que ainda hoje nós podemos confrontar nos centros históricos de Suzhou, Hangzhou e Zhouzhuang". O mesmo se verifica com as "descrições das suas aventuras no Sudeste Asiático, nos reinos do Pegu e Arracão, nos reinos do Sião, Champa, Annam e Toquim, e nas múltiplas realidades sociopolíticas que compunham o vasto mundo malaio de então", de um modo que os relatos de Pinto constituem "testemunhos fidedignos na primeira pessoa de factos historicamente comprovados" (SILVA, João, 2019).

Desta forma, apesar de de fato existirem alguns momentos considerados fantasiosos na obra, com o objetivo de deixá-la mais atrativa ao leitor, Magalhães de Castro diz que Peregrinação tem muito mais verdade do que fantasia, e quanto mais investigava a obra, mais crédito dava às descrições feitas pelo autor. A viagem de Fernão Mendes Pinto é, acima de tudo, um relato pessoal de alguém que não era um marinheiro de alta patente, mas um marinheiro comum. Relatos de como os portugueses eram gananciosos e arruaceiros em sua obra demonstram, de forma fidedigna, por exemplo, a ação dos portugueses ao chegarem na China. Ele chega ao ponto de usar uma criança chinesa em sua narrativa para criticar as ações de seus compatriotas, a fim de não prejudicar sua imagem (PINTO, 2014, p. 200). Ele desmascara a ideia do heroísmo colonial português, que, apesar da indubitável bravura e curiosidade para explorar mares e terras pouco ou totalmente desconhecidas, revela também os abusos dos lusitanos em terras além mar, exemplificados por extorsões, saques e pela escravidão (CASTRO, 2020).

Por fim, seja com americanos, africanos ou asiáticos, os ibéricos encontram várias situações diferentes. Os portugueses e espanhóis foram tratados tanto como inferiores ou bárbaros, como trataram outras civilizações como inferiores e bárbaras. Na maior parte dos lugares que passaram, subjugaron os povos nativos, e como consequência, os assimilaram e os ocidentalizaram. Não é por acaso que o mundo atual é dominado pela influência da cultura ocidental. Mesmo com o declínio do poderio ibérico no final do século XVI, outros europeus continuaram o mesmo processo, de forma bastante semelhante. O choque cultural entre vários povos bastante distintos, que provocou espanto, admiração, medo e mortes criou civilizações únicas, muitas vezes multirraciais e multirreligiosas, um prenúncio da sociedade contemporânea.

A importância desse momento na história da sociedade é considerável e seu impacto é singular. O mundo, de fato, nunca mais foi o mesmo. Mesmo com a discussão sobre em que momento pode ser identificado o início da globalização, é inegável como os ibéricos tiveram força de vontade e curiosidade a ponto de navegarem por mares poucos conhecidos e de difícil acesso por longos anos, levando até mesmo a se encontrarem e batalharem em regiões antípodas (local diametralmente oposto a outro, ou seja, o outro lado do mundo) às metrópoles. O esforço de assimilação não foi totalmente completo, e, séculos mais tarde, também com interesses além do nacionalismo, várias de suas colônias lutaram por sua independência e derrotaram suas metrópoles. Esses novos países carregam consigo uma mistura que, querendo ou não, só foi possível devido à globalização ibérica, e que mesmo com os problemas e desafios que são herança de um passado conturbado, conseguem reconhecer os pontos positivos advindos de seus antepassados ibéricos.

Capítulo 4: Por que outros povos viajaram para outros continentes e não formaram colônias ou criaram rotas comerciais?

As Grandes Navegações, independente do período em que ocorreram, estão cobertas de teorias da conspiração, onde, das mais sérias as mais bobas, causam algum tipo de intriga na mente da pessoa que a estuda. Por que Fernando Colombo, filho de Cristóvão Colombo, escreve que seu pai não queria que fosse revelada sua “verdadeira” origem? (COLÓN, 1892, p. 4-5). Se ele não é genovês, qual é a sua origem? Seria Colombo um espião português na Espanha? E falando em espião, seria Pedro Álvares Cabral o primeiro português a chegar no Brasil, ou poderia ter sido o explorador Duarte Pacheco Pereira, trabalhando de forma secreta em 1498 para o rei Manuel I? (INFOPÉDIA, s.d). A experiência de Pacheco torna-se ainda mais curiosa quando se considera que ele estava presente na viagem de Cabral em 1500, a qual acabou chegando ao Brasil.

Mesmo com essas questões, que com certeza podem e devem ser exploradas, este subcapítulo tem como foco abordar as navegações que ocorreram anteriormente ao período das Grandes Navegações, seja com as que aconteceram ou não, e explicar por que elas não foram bem-sucedidas como a dos ibéricos, no sentido de não terem colonizados os locais pelo qual passaram, e não terem criado rotas comerciais.

As viagens de longa duração acontecem desde a Antiguidade. Antes mesmo da realização do Périplo do mar Eritreu, na Antiguidade Clássica (800 a.C. - 476 d.C.), já ocorriam navegações de um continente para o outro, como no caso das navegações dos povos ancestrais dos polinésios, na Ásia, que ocuparam boa parte das ilhas do Oceano Pacífico, navegando distâncias surpreendentes, chegando até mesmo na Ilha de Páscoa, uma ilha que hoje em dia faz parte do Chile.

No caso do mar Mediterrâneo, as ocupações ao longo de seu mar, diferentemente das navegações dos povos polinésios, não tinham o intuito apenas de imigração e formação de novas colônias, mas também em relação ao comércio. Um dos povos da Antiguidade a qual existem diversas teorias sobre possíveis navegações para fora do Mediterrâneo são os fenícios. Exímios navegadores, teriam fundado suas primeiras cidades ao longo do Mediterrâneo em 1100 a.C., e Cartago, sua principal colônia, em 826 a.C. (PASSOS, 2018, p.178). Suas expedições não teriam parado por aí, existem diversas teorias de que teriam feito um caminho de certa forma semelhante ao que os ibéricos fizeram para chegar nas Américas, contornando

o litoral africano, passando pelas ilhas Canárias e usando a correntes marítimas e de vento da região para chegar onde hoje é o Brasil.

Segundo o historiador austríaco radicado no Brasil, Ludwig Schwennhagen⁵ (1976, p. 33-34), o escritor grego Diodoro, que provavelmente viveu entre os séculos I a.C. e I d.C., teria escrito que próximo à data de 1100 a.C. os fenícios teriam feito uma viagem que parou em uma terra distante, ao oeste do Oceano Atlântico, de forma bastante parecida ao que ocorreu com os portugueses: teriam chegado “por acaso” ao Brasil, perdidos depois de uma longa tempestade. O local da chegada, que ficaria entre os estados de Pernambuco e Bahia, poderia ter sido local de colônias fenícias na região.

A alegação de uma suposta aparição dos fenícios em solo brasileiro ganha força em 1872, quando o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil (IHGB), recebe uma carta de um homem chamado Joaquim Alves da Costa, que afirma ter encontrado em sua propriedade, na localidade de Pouso Alto, na Paraíba, uma pedra com uma inscrição em uma língua desconhecida, e por estar fazendo uma passagem na então capital do Império, Rio de Janeiro, havia mandado a carta ao instituto. Ainda nessa carta, havia um anexo com as letras inscritas na pedra, que viria a ser descoberto como fenício. Curiosamente, quem inventou o alfabeto foram os fenícios. Teria sido verdade então a viagem dos fenícios ao litoral do Nordeste?

A história passa a ficar duvidosa quando o homem que enviou a carta, Joaquim, nunca mais apareceu. Além disso, a carta, que descreve uma epopeia dos fenícios até chegar à costa brasileira, apresenta “[...] nomes de personalidades, deuses e pontos geográficos que poderiam ter sido copiados do Livro dos reis da Bíblia” (JOFFILY 1973, p. 5). Além disso, havia precedentes de que se encontrasse na Paraíba outras pedras com inscrições, o que aumentaria as suspeitas.

O tempo se passa, e o Doutor Ladislau Netto, responsável pelo caso, não consegue comprovar a história, e a inscrição cai no esquecimento. Muito tempo depois, é revelado que tudo se tratava de uma mentira, do próprio Ladislau, em que ele indiretamente afirma que era o responsável pela história (JOFFILY, 1973, p. 218). Na realidade, não existia pedra nenhuma. Poucos no país sabiam tantas línguas orientais como ele, e ele se baseou na descoberta de uma

⁵ Historiador conhecido por ser um dos principais defensores da teoria da presença dos fenícios no Brasil. Viveu e lecionou no Brasil no começo do século XX. Nasceu em meados da década de 1860 e morreu na em 1932.

inscrição no Oriente Médio, chamada Stela de Mesa, achada três anos antes, para criar uma história, onde ele poderia ficar famoso e ganhar reconhecimento internacional. Tudo não passava de uma mentira.

Se a viagem dos fenícios às Américas, ou pelo menos ao Brasil tal como inventada pelo falsário, era uma mentira, as evidências sobre as expedições viquingues às Américas são mais robustas.

Os viquingues foram um grupo de povos que habitaram a região da Escandinávia, na parte setentrional da Europa, e foram os atores do que foi chamado de Era Viking, do século VIII ao XI, período marcado por incursões para diferentes partes da Europa, por guerras e saques, mas também pela exploração de terras e colonizações. O estudo da chegada dos vikings na América do Norte parte da ideia da exploração de terras e das colonizações, visto que era importante conquistar uma terra que não fosse extremamente fria para se viver.

Para tal feito, eram necessários navios estáveis e seguros, como eram os dos vikings. No processo de expansão marítima dos vikings para o oeste, houve o descobrimento da Islândia, no ano de 880 d.C., pelo navegador Naddoddur. O bisneto de um irmão de Naddoddur, Erik o Vermelho, é tido como o descobridor da Groelândia, no ano de 983 d.C. Na época, ele morava na Islândia, porque seu pai Thorvald havia sido acusado de homicídio, e para fugir à pena, decidiu mudar-se com sua família para a ilha (SANTOS, 2013, p. 10 apud ANÔNIMO, 1906c, p. 45). Em 986 d.C., Erik fundou uma colônia com sua família e várias outras no local. Após relatos de que poderiam existir terras ainda mais ao oeste, o filho de Erik, Leif Ericsson, parte para uma nova viagem e teria chegado na ilha de Terra Nova, na província de Terra Nova e Labrador, no atual Canadá. Ele a teria batizado de Vinlândia, que em seu idioma nativo significa “terra do vinhedo”, por ter encontrado videiras na região.

Todas essas histórias estão escritas nas chamadas Sagas Islandesas, que são um conjunto de narrativas literárias que narram a história e a cultura da Islândia Medieval. Mesmo com os relatos da saga, não era o suficiente para que houvesse um consenso entre pesquisadores acerca da chegada por viquingues nas Américas, pois ela poderia conter relatos fictícios que poderiam prejudicar a ação dos pesquisadores. Se comprovada, a expedição teria ocorrido cerca de 500 anos antes da chegada de Colombo ao Novo Continente. Seria interessante, então, aos estudiosos da área, que houvesse de fato uma procura arqueológica em possíveis locais em que

os viquingues teriam ficado, pois, se por exemplo, tivessem ficado por muito tempo, a chance de achar algum vestígio arqueológico seria maior.

A tal procura aconteceu, e no ano de 1962, um casal de aventureiros noruegueses, Helge e Anne Ingstad, encontraram vestígios de um assentamento viking em um povoado conhecido como L'Anse-aux-Meadows, em Terra Nova e Labrador. Segundo o arqueólogo Christian Keller, eles “encontraram casas e instrumentos no Canadá idênticos às relíquias vikings da Islândia e Groenlândia. Recolheram um anel de estanho, uma agulha e vestígios de produção de ferro, algo desconhecido para os índios norte-americanos” (LIMA, 2009, p. 5). Em uma publicação feita no ano de 2022, a revista Nature confirmou que os vikings haviam chegado ao Canadá. Em uma pesquisa, três pedaços de madeira foram utilizados, e através da análise da concentração de carbono 14 nas madeiras, que consegue identificar o ano em que os pedaços foram retirados de uma árvore, foi identificado que a madeira havia sido cortada no ano de 992 d.C., devido a marcas de uma tempestade solar ocorrida no mesmo ano (NATURE, 2022).

Mas afinal de contas, porque a colônia viquingue não deu certo? Segundo a jornalista Heather Pringle, ao chegar nas Américas, além de terem construído um acampamento, os viquingues teriam encontrado indígenas locais, que no começo foram hostis aos intrusos, mas que após demonstrações de caça a animais silvestres, os dois povos teriam se entendido e feito trocas comerciais amigáveis (NATIONAL GEOGRAPHIC, s.d.). Não é claro o motivo do abandono dos viquingues do local, mas hostilidades contra os indígenas podem ter acontecido, o que pode ter forçado uma saída do local. Outra informação importante é que não é claro se o povoado de L'Anse-aux-Meadows é a terra de Vinlândia, mas é inegável a viagem dos nórdicos as américas.

Uma expedição ainda mais impressionante que a dos viquingues, ocorreu na Ásia, no começo do século XV. Enquanto os portugueses estavam pensando ainda em conquistar a cidade de Ceuta, os chineses já estavam fazendo grandes expedições ao longo do Oceano Índico, chegando até mesmo à costa da África Oriental. As duas figuras centrais responsáveis pelas curiosas navegações chinesas foram o imperador Yongle, e o navegador Zheng He. O navegador chinês era oriundo de uma família muçulmana da Ásia Central, e havia sido raptado pela Dinastia Ming quando jovem, feito de eunuco, e integrado ao exército chinês da época. Sua ascensão no exército chinês fez com que ele fosse ganhando prestígio, especialmente com um príncipe local, que mais tarde viria a ser o Imperador Yongle.

Yongle, terceiro imperador da Dinastia Ming, não havia herdado seu trono, mas sim o usurpado. Para Yongle, o imperador anterior, Jianwen, estava governando de forma despótica, o que o levou a iniciar uma guerra de sucessão em 1399, de duração de três anos, onde da qual saiu vitorioso. Pela guerra, e pela mudança da capital do Império Celestial de Nanquim para Pequim, a economia chinesa se encontrava devastada. Yongle viu então uma oportunidade de acabar com as políticas de proibições marítimas feitas anteriormente pelo seu pai, que também havia sido imperador, Zhu Yuanzhang (PEREIRA e PING, 2006, p. 54). Historicamente, desde a Antiguidade, a sociedade chinesa tem uma visão sinocêntrica, com o Império Chinês sendo o centro do mundo conhecido, e os demais povos e reinos sendo inferiores aos chineses, como no caso do julgamento dos chineses sobre a chegada dos portugueses ao império, sendo chamados de bárbaros. A abertura comercial de Yongle, então, não fazia parte da política tradicional imperial chinesa, de fechamento ao resto do mundo de seus antecessores.

Na época, a China já tinha experiência náutica, com tecnologias como a bússola, e com um forte poderio naval. Como maior exemplo dessa experiência há os juncos, navios chineses de grande porte, que podiam carregar uma grande quantidade de pessoas e carga, que em termos de qualidade certamente não ficaria atrás das embarcações europeias da época. Somado a isso, havia também a maior facilidade de navegação do Índico, por exemplo, em relação ao Atlântico. Além desses fatores que culminaram na empreitada chinesa, havia o interesse de reafirmar seu poder perante o povo chinês depois da guerra, e mostrar seu poderio militar perante seus rivais. Durante muito tempo, os chineses foram alvo dos mongóis ao norte, e essas expedições mostrariam que o mar ao sul da China também estaria protegido contra invasores. Não é por acaso que os navios eram fortemente armados, tanto para a defesa quanto para o ataque.

Para as expedições, Zheng He, homem de confiança do imperador, foi escalado então para as navegações no Oceano Índico. Sua escolha não foi à toa: além de ser figura de importante apoio de Yongle, ajudando-o na guerra com o cargo de “eunuco chefe”, um muçulmano como Zheng He seria mais bem aceito em terras muçulmanas que um não muçulmano. Ao todo, entre 1405 e 1433, foram feitas sete viagens, que passaram, pelo Mar de Java, nos arquipélagos que hoje compõem a Indonésia, pela cidade de Malaca, na atual Malásia, pela costa oriental da Índia, como em Calecute e Cochim, pela Península Arábica, e em cidades costeiras da África Oriental. As expedições seguiam a visão sinocêntrica dos chineses, inicialmente trocando presentes com as cortes locais e tentando trazer embaixadores desses locais para a China, incitando-os a pagar tributo para o Império Celestial. Os chineses

comerciavam seda, porcelanas e chás (ibid., p. 55), enquanto adquiriam conhecimentos estrangeiros, levavam gemas, especiarias, remédios, tecidos de algodão fino, bem como animais exóticos, como leões e girafas (CARTWRIGHT, 2019).

Os feitos dos chineses foram impressionantes e tiveram um impacto importante em sua sociedade. Mas, apesar desses fatores, porque as expedições pararam em 1433? No mesmo ano, o almirante Zheng He acabou falecendo em viagem, na cidade de Calecute. Nessa época, Yongle não era mais o imperador. Seu sucessor Xuande, que havia assumido o cargo desde 1426, havia apoiado no começo as expedições, mas optou por acabar com as viagens e voltar ao isolacionismo. Os ideais de Yongle, de conseguir afirmar o seu poder para o povo chinês, poder esse usurpado de Jianwen, através de viagens marítimas, não fazia mais sentido, e não havia na corte chinesa o ardor expansionista, comercial e religioso que os ibéricos vieram a ter mais tarde no mesmo século. Em 1436, os chineses proíbem a construção naval (GRUZINSKI, p. 28 apud BOUCHERON, 2009, p. 625) e cerca de quarenta anos depois, queimam os arquivos das expedições de Zheng He. A proclamação de fechamento dos mares só seria suspensa, com várias ressalvas, no ano de 1567 (ibid., p. 28).

Todas essas expedições, verdadeiras ou falsas, despertam a curiosidade de milhares de pessoas, que começam a estudar esses momentos e produzem bons conteúdos, ajudando assim a complementar a história das navegações ibéricas, e da História Náutica, demonstrando que as relações humanas no mar são mais extensas e complexas do que o normalmente imaginado, servindo de exemplo o caso dos conhecimentos vindos de povos não europeus, que ajudaram os próprios europeus em suas navegações. O debate sobre as jornadas desses povos nos faz imaginar que, se feitos como foi pelos portugueses e espanhóis, o processo de globalização poderia ter se acelerado ainda mais cedo, trazendo suas consequências, tanto positivas quanto negativas, para mais pessoas ao redor do globo.

Conclusão

O início da globalização, vista dos dias atuais, foi no geral algo bastante positivo para a humanidade, visto a evolução tecnológica, a interconexão humana que obtivemos com pessoas de diferentes localidades falando mais de uma língua, ou até mais, no que pode ser englobado em uma das diversas definições de globalização, a globalização cultural. Eventos esportivos e culturais também podem se incluir nesse fenômeno, visto que esses grandes eventos parecem aproximar muito mais os povos de diferentes países e culturas do que reuniões de grandes organizações mundiais. Não parece ser ao acaso que a Federação Internacional de Futebol (FIFA) e as Olimpíadas têm mais países-membros ou participantes do que países filiados a Organização das Nações Unidas (ONU), respectivamente 211, 205 (nas Olimpíadas de 2020) e 193.

Mesmo com os aspectos positivos evidenciados na atualidade, não foi apenas através da paz que chegamos onde estamos, mas sim após anos de derramamento de sangue, guerras, escravidão, trabalhos exaustivos, fome, pobreza, doenças, subjugação de povos e nações, e quedas de impérios e reinos. Segundo Tzvetan Todorov (1988, p.129), houve uma redução de aproximadamente 80 milhões de ameríndios em 1500 para 10 milhões em meados do século XVI, devido à interferência dos povos ibéricos, primeiramente, e depois dos demais europeus que colonizaram as terras americanas. E, mesmo assim, não se justifica fazer uma tão forte diferenciação entre colonizadores e colonizados, supondo que apenas os primeiros sabiam ser violentos, pois os astecas e os incas, perdedores na batalha contra os espanhóis, haviam subjogado outros povos anteriormente para formar seus impérios.

Tanto para os espanhóis, quanto para os portugueses, foi necessário fazer acordos com grupos étnicos em todo o continente americano para derrotar os rivais desses indígenas, e assim, conseguir ou adquirir mais mercadorias, e o mesmo pode ser dito sobre a África, com estados vendendo pessoas de estados rivais para os europeus no mercado atlântico de escravos, ou em relação a Ásia. Para mais, além desses fatores, e de outros que apontam que a globalização comercial começou depois do período das grandes navegações, mais precisamente no século XVIII, a globalização não se resume apenas em “eras”, mais também em “tipos”.

Dentro das nomenclaturas usadas no ramo geográfico, também são encontrados, além do conceito de globalização econômica, a globalização cultural e a globalização da informação. Dentro da globalização cultural, analisando do ponto de partida das viagens ibéricas ao redor

do globo, é inegável a influência de Portugal e Espanha. Além da influência dominante que se deu nos territórios conquistados na América Latina, hoje independentes, muitas dessas pessoas são descendentes diretas ou indiretas de portugueses e espanhóis. Todos se encontram dentro dessa esfera ibérica e compartilham mutuamente as línguas, os costumes e conhecimentos desses locais, mesmo tendo particularidades regionais. Por causa disso, existe um sentido mútuo de “latinidade”, que acaba unindo esses povos.

E esse sentimento de pertencimento não vem apenas dos lugares com ampla descendência de ibéricos, mas também dos lugares mais longínquos da África e Ásia. Mesmo que existam países que tenham permanecido durante séculos sob o domínio português e espanhol, e que hoje são países independentes, eles apresentam uma influência cultural relativamente menor em relação aos países da América Latina, onde muitas línguas e tradições locais, como as religiosas, ainda são preservadas como eram no período pré-colonial. Na Ásia, existem locais que podem ser considerados “enclaves étnicos” ibéricos, como é o caso: das antigas cidades portuguesas na Índia como Goa, Diu e Damão; Macau na China; da comunidade Cristang em Malaca, na Malásia, e dos Burghers no Sri Lanka, todas comunidades de mestiços descendentes de portugueses que preservam a cultura, a religião e a língua (de forma crioula) de seus antepassados; e também os poucos países colonizados na Ásia, como Timor-Leste, por Portugal, e as Filipinas, pelos espanhóis.

Em relação à globalização da informação, acontece o mesmo das demais. É bastante expressiva a diferença de comunicação de Cristóvão Colombo e Hernán Cortés com os índios. A mentalidade de Colombo, excêntrica até mesmo para seus contemporâneos, dificultou os primeiros contatos entre europeus e os indígenas americanos. Trocar palavras de idiomas diferentes sem nenhuma conexão parecia, para o navegador genovês, não apenas uma boa ideia para entendê-los, mas descobrir onde o ouro, um dos objetivos da expedição, estava localizado. Além dessa experiência, muitos desentendimentos poderiam ter sido evitados se Colombo tivesse a humildade de admitir que ele não era o dono da verdade, e que, no fundo, os espanhóis não eram superiores aos indígenas, e que muitas vezes Colombo tinha pensamentos mais semelhantes aos dos locais que ao dos europeus.

Essa arrogância de se sentir superior não passou com o tempo, pelo contrário, mas a compreensão sobre os ameríndios aumentou. Cortés não só teve mais sorte que Colombo, como sabia gerenciar melhor suas expedições na Mesoamérica. Ter do seu lado a indígena Malinche, que falava náuatle, língua dos astecas, e a língua maia, e tendo também do seu lado o naufrago

espanhol Jerónimo de Aguillar, que além de falar maia estava mais habituado com a cultura indígena, foi essencial para que o processo de conquista e subjugação dos astecas se iniciasse. Segundo Todorov (1988, p. 244), a habilidade europeia de compreender melhor outros povos, coisa que os astecas tinham dificuldade em relação aos grupos estrangeiros que não falavam náuatle, foi fundamental para a conquista da região.

Habilidades semelhantes foram usadas pelos portugueses. Era comum o uso de condenados para aprender a língua e o costume dos locais, bem como adentrar nas tribos locais e terem filhos mestiços com as mulheres do local, a fim de que os mestiços, que falariam duas ou mais línguas, pudessem localizar especiarias e metais valiosos. Cabo Verde era um grande exemplo disso, e que reflete essa influência até hoje, visto que é o único país da África onde a população de mestiços é maior que a população nativa local, além de a língua mais falada no país ser uma mistura das línguas africanas com o português, o crioulo cabo-verdiano (HENRIQUES, 2016).

A língua também desempenhou um outro papel nas colonizações, além da dominação, o de aprender a cultura e os costumes do próximo, além da evangelização e das trocas comerciais. Bartolomeu de Las Casas, Bernardino de Sahagún e José de Anchieta são exemplos de religiosos, que, tanto na América Espanhola, quanto na portuguesa, foram capazes de aprender o idioma dos locais de forma mais ou menos pacífica, bem como sentir compaixão genuína pelos locais, assim, diminuindo as distâncias humanas em relação entre dois povos distintos, o que mais uma vez, como Todorov pontua, foi essencial para o domínio europeu no mundo.

Um ponto de vista semelhante pode ser observado também no explorador português Fernão Mendes Pinto. O explorador não teve apenas a oportunidade de conhecer novas culturas e costumes diferentes dos europeus, como conseguiu aprender línguas asiáticas como o malaio, o chinês (provavelmente se referindo ao mandarim) e o tâmil. Esses conhecimentos não serviram apenas para o comércio ou para se livrar de confusões, mas também serviu para entender melhor os habitantes locais, e, diferentemente de figuras históricas como Colombo e Cortés, não julgar o próximo como inferior, em uma eterna dicotomia, mas simplesmente entender que, em lugares diferentes, a cultura irá ser diferente, não existindo uma que seja inferior ou superior, mesmo que envolva aspectos morais.

Esse tema foi abordado por Michel Montaigne⁶ e deu origem ao que hoje em dia é a antropologia, justamente por abordar a origem do ser humano de forma abrangente. Montaigne tinha uma visão diferente da de sua época sobre os indígenas. Em vez de entendê-los simplesmente como bárbaros alheios à fé cristã que precisavam ser assimilados, tinha uma visão mais humanista que buscava questionar certezas. Ele defendia que a verdade era relativa e subjetiva, o que justificaria dizer que os indígenas não eram bons ou maus, mas que simplesmente tinham seus costumes e que isso precisava ser compreendido, da mesma forma que pessoas diferentes na Europa podiam ter opiniões divergentes, o mesmo poderia acontecer com índios de uma mesma etnia indígena.

Observar, interpretar, e descrever, passou a ser necessário para poder compreender povos diferentes. Com a globalização, isso passou a ser ainda mais difundido, visto que, pela primeira vez, povos completamente distintos, de origens diferentes, estavam em um mesmo lugar, compartilhando um mesmo idioma e uma mesma cultura. A miscigenação, seja cultural ou étnica, que é comum na atualidade, pode ser observada de uma forma muito mais surpreendente com o caso de espanhóis, filipinos, chineses, indianos, indígenas, africanos e mestiços vivendo no México do século XVI e XVII (SEIJAS 2014, p. 14-16), da mesma forma que os portugueses, na cidade indiana de Surrate, mantinham em sua fortaleza escravos negros, homens libertos da África oriental, malaios e javaneses que tinham ido para a cidade, no século XVI (SUBRAHMANYAN, 2012, p.24).

De certa forma, esses processos pareciam ser inevitáveis de acontecerem. Se não fossem os portugueses a completarem o Périplo Africano, poderiam ser os espanhóis ou um outro país europeu. O mesmo vale para a colonização na América ou para feitorias e domínios ao redor da África e na Ásia, que mais tarde, após a perda dos ibéricos do posto de principais forças marítimas, viriam a passar predominantemente para os ingleses, franceses e holandeses. O principal motivo desses domínios não era a disseminação do cristianismo no mundo, mas a busca por riquezas. O que a princípio seria um meio para justificar um fim (Colombo queria riquezas para financiar uma nova cruzada [Todorov, 1988, p. 10]), se tornou um fim para justificar o meio (a cristianização servia primeiramente com o intuito de dominar os povos para que eles trabalhassem forçadamente e a dizerem onde estavam localizadas as riquezas locais).

⁶ Foi um filósofo e escritor francês que viveu no século XVI. É famoso por sua abordagem cética e humanista.

E por mais que esses processos parecessem inevitáveis de acontecerem, é inegável que os ibéricos foram os primeiros a empreenderem navegações que de fato não apenas mudaram o mundo, como conectaram regiões desconhecidas para eles, com povos que nunca haviam visto europeus antes. Mesmo com a engenhosidades da Idade Antiga, como as navegações que saiam do Mediterrâneo e uma para o norte da Europa, ou que faziam o Périplo Eritreu, com as navegações nórdicas em Vinlândia, com as navegações dos chineses no século XV, e mesmo das repúblicas italianas que começaram a explorar as regiões costeiras do Marrocos fora do Mediterrâneo e explorando algumas ilhas ao longo do Oceano Atlântico (GODINHO, 2008, p. 26), como as Ilhas Canárias, Cabo Verde, Açores e Madeira, não obtiveram os mesmos resultados dos ibéricos.

No fundo, os portugueses e os espanhóis eram uma mistura de todos os seus antecessores. Tinham a necessidade de se lançar ao mar, a curiosidade de explorar o mundo, o desejo de obter mais riquezas, o acúmulo de conhecimento que veio com a redescoberta de textos antigos, assim como com a invenção de novos equipamentos e cálculos que vieram de fora da Europa, além da astúcia do Infante Dom Henrique em (supostamente) criar a escola de Sagres. Todos esses fatores resultaram na melhoria dos navios, com a criação das caravelas e das naus, em um enorme conhecimento náutico, e na concorrência ibérica ao longo do século XV, como o Tratado das Alcáçovas-Toledo e de Tordesilhas, que pretenderam definir quem iria dominar as rotas marítimas e o comércio no Atlântico e no Índico, o que de fato ocorreu até o final do século XVI.

O início dessas jornadas resultaram no mundo que vivemos na atualidade, que mesmo com seus problemas, ainda gerados nessas épocas, é um mundo bastante diversificado, onde podemos encontrar diversos produtos de diversas partes do mundo em um só lugar, onde as viagens são demasiadamente curtas comparadas às de séculos atrás, onde a tecnologia ao mesmo tempo que aproxima também afasta, que favorece o intercâmbio sociocultural, que nos permite vivenciar culturas e costumes com os quais não estamos acostumados. Para além desses fatores, podemos refazer os trajetos de vários viajantes dessa época na atualidade, e refletir o quanto a sociedade mudou ao longo desses anos.

Referências bibliográficas

CAMPOS, Luís; CANAVEZES, Sara. **Introdução à Globalização**. Instituto Bento Jesus Caraça, Departamento de Formação da CGTP-IN. Abril 2007, p. 8-21.

CARTWRIGHT, Mark. As Sete Viagens de Zheng He. Traduzido por Yan De Oliveira Carvalho. **World History Encyclopedia**. Última modificação: 07/02/2019. Disponível em: <https://worldhistory.org/trans/pt/2-1334/as-sete-viagens-de-zheng-he/> Acesso em: 07/07/2023.

CASTRO, Alex. Peregrinação, de Fernão Mendes Pinto. **alexcastro.com.br**. Disponível em: <https://alexcastro.com.br/peregrinacao-de-fernao-mendes-pinto/#more-10968>. Acesso em: 07/07/2023.

COLÓN, Hernando. **Historia del Almirante Don Cristóbal Colón**. Madrid, [Tomás Minuesa], 1982, p. 4-5.

Duarte Pacheco Pereira. **Infopédia**. Porto, Porto Editora.s.d. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$duarte-pacheco-pereira](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$duarte-pacheco-pereira). Acesso em: 07/08/2023.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **A Expansão Quatrocentista Portuguesa**. Lisboa: Dom Quixote, segunda edição, 2008.

GONZÁLEZ. Antonio F. G. **Conflictos en el Abasto de Manila en 1686: multiculturalidad y pan**, In: GARCÍA BERNAL, M.C. e OLIVERO GUIDOBONO, S.: El Municipio Indiano: relaciones interétnicas, económicas y sociales. Salamanca, Kadmo, 2009.

GRUZINSKI, Serge. **A Águia e o Dragão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HEATHER, Pringle. Face-to-Face. **National Geographic**. Washington, D.C, s.d. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.com/magazine/article/vikings-native-american>. Acesso em: 06/07/2023.

HENRIQUES. Joana G. “Ser africano em Cabo Verde é um tabu”. **Público**. Lisboa, 03/01/2016. Disponível em: <https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/ser-africano-em-cabo-verde-e-um-tabu-1718673>. Acesso em: 06/07/2023.

JOFFILY, Geraldo. **A inscrição fenícia da Paraíba. Um documento apócrifo que há quase cem anos vem repercutindo nos maiores centros de paleografia do mundo**. Revista de História, n. 93, jan./mar. São Paulo, USP, 1973, p. 205-222.

JÚNIOR, Hilário F. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 26-27.

KOLB, Anne; SPEIDEL, Michael A. **ROMA IMPERIAL E CHINA: COMUNICAÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÕES**. Tradução de Jéssica Regina Brustolin. China's Development from a Global Perspective (Capítulo II), organizado por María Dolores Elizalde e Wang Jianlang (Cambridge: Cambridge Scholars, 2017).

KUITENS, M.; WALLACE, B.L.; LINDSAY, C. et al. Evidence for European presence in the Americas in AD 1021. *Nature* 601, 388–391. London, 21/01/22. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41586-021-03972-8>. Acesso: 07/07/2023.

LIMA, Jônatas F. de. **Quem “descobriu” as Américas? Outras Expansões Marítimas – Vikings e Chineses**. Natal, Universidade do Rio Grande do Norte, 2009.

MAGRO, Matheus Matos. **O Périplo do Mar Eritreu: o Imaginário Romano do Oriente**. Orientador: Professor Dr. Alvaro Hashizume Allegrette, 2019. 47f. TCC (Graduação) – Curso de História, Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/41435937/O_P%C3%A9riplo_do_Mar_Eritreu_o_Imagin%C3%A1rio_Romano_do_Oriente_Portuguese

NOGUEIRA, Carlos R.F. **A reconquista Ibérica: a construção de uma ideologia**. História Instituições Documentos, n. 28, p. 277-295, 2001Tradução. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001547747>.

O'ROURKE, Kevin. H.; WILLIAMSON, Jeffrey G. **When did globalisation begin?** *European Review of Economic History*, 6. Printed in the United Kingdom © 2002 Cambridge University Press, p. 23-50.

OTTMAR, Ette. **TransArea: A Literally History of Globalization**. Translated by Mark W. Person. © 2016 Walter de Gruyter GmbH & Co, Berlin/Boston, p. 7-16.

PASSOS, Maria Cristina N. K. **Fenícios pelo Mediterrâneo: formas de contato diversificadas**. Pelotas, Cadernos do Lepaarq, 2018.

PEREIRA, José M. M.; PING, Jin G. **Navegações chinesas no século XV: realidade e ficção**. Lisboa, Academia de Marinha, 2006, p. 53-83.

PINTO, Fernão M. **Peregrinação – volume I**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 1ª edição. 1ª impressão. 2014.

SANTOS, ANDRÉ L. C. **Vikings na Terra Nova: uma análise acerca do imaginário nórdico na América**. Orientador: Professor Me. Pedro Airton Queiroz Lima, 2013. 57f. TCC (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Curso de História, Fortaleza, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/26908>.

SCHWENNHAGEN, Ludwig. **Fenícios no Brasil. Antiga história do Brasil. De 1100 a.C. a 1500 d.C.** Rio de Janeiro, Editora Cátedra. 3ª edição, 1976, p. 33-39.

SEIJAS, Tatiana. **Asian Slaves in Colonial Mexico, From Chinos to Indians**. New York, Cambridge University Press. 2014, p. 8-32.

SILVA, João C. e. Fernão Mendes Pinto, o nosso Marco Polo. **Diário de Notícias**. Lisboa, 16/05/2019. Disponível em: <https://www.dn.pt/1864/fernao-mendes-pinto-o-nosso-marco-polo--10876532.html>. Acesso em: 07/07/2023.

SILVA, Vanildo R. da. O que é Caravela? **SAPO**. Lisboa, 27/04/2014. A ordem natural das coisas. Disponível em: <https://aordemnaturaldascoisas.blogs.sapo.pt/o-que-e-caravela-5642557>. Acesso em: 08/07/2023.

SUBRAHMANYAN, Sanjay. **Impérios em Concorrência: Histórias Conectadas nos Séculos XVI e XVII**. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. 1ª edição: novembro de 2012, p. 9-112.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: a Questão do Outro**. São Paulo, Livaria Martins Fontes Editora LTDA. 2ª edição, 1988.

WICKHAM, Chris. **O legado de Roma: Iluminando a Idade das trevas, 400-1000**. Campinas: Editora Unicamp, 2020, p. 295-317.